

A Revolução no “Humorismo Maldito” O caso da **Gaiola Aberta**, de José Vilhena (1974-1975)*

N

Texto **Álvaro Costa de Matos****

o que ao humorismo gráfico diz respeito, os anos de 1974 e 1975 são marcados pelo reaparecimento de alguns títulos "míticos", como os *Ridículos* e o *Sempre Fixe*, pela continuação de folhas que tinham liderado a irreverência gráfica no Marcelismo, como *A Mosca* - suplemento humorístico do *Diário de Lisboa*, e pela criação de novos projectos editoriais, independentes e de autor, de que o *Pé de Cabra* é exemplo paradigmático, até pela criatividade do seu leque de colaboradores. Mas o escândalo, e de certa forma a novidade, pela combinação da sátira política com a fórmula erótica e por vezes pornográfica, será protagonizado pela revista *Gaiola Aberta*, de José Vilhena, rapidamente transformado numa voz incómoda para o novo regime. Interessa-nos, portanto, perceber aqui como é que a Revolução de 25 de Abril, e a evolução política imediatamente subsequente, foi recepcionada pelo "humorismo maldito" de Vilhena, as relações e os diálogos deste com o poder político - desde logo com o controlo político da imprensa -, e, por último, o impacto da sua linguagem e caricaturas na opinião pública da época. Eis o que a seguir nos propomos fazer...

1.

O CONTEXTO HISTÓRICO

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, de 22 de Fevereiro de 1982, quase oito anos depois da Revolução de Abril, o cartoonista SAM, pseudónimo de Samuel Azavey Torres de Carvalho (1924-1993), fazia um balanço algo frustrante do humorismo nacional: "Terão existido antes do 25 de Abril condições concretas para uma explosão do humor e da sátira entre nós. Mas não houve explosão. Apenas alguns isolados e impertinentes estalidos, nobres testemunhos da revolta latente. Adiada por razões de censura e de vigilância da ordem estabelecida, essa explosão não chegou também a realizar-se após a revolução. Algumas denotações, um ou outro estrondo, criaram uma expectativa que depressa se desvaneceu." Como razões para o sucedido, punha como hipótese a "força castradora de compromissos de índole partidária, da inadaptabilidade de tantos à nova situação, ou de algum mau agouro", a que acrescentava, como característica do subdesenvolvimento da imprensa da época, o recurso "ao cartoon estrangeiro para preencher o espaço destinado ao humor, subordinado a razões económicas, ou de pretensão prestígio". Para o cartoonista que ficou célebre pela personagem do "Guarda Ricardo" (criada inicialmente no *Notícias da Amadora*), a imprensa portuguesa esquecia assim "uma linguagem nacional que lhe compete promover e defender", em contraste com o que se fazia lá fora.

Ora, se isso é verdade para os primeiros dias depois da Revolução de Abril - os primeiros desenhos que aparecem publicados em jornais datam de 27 de Abril, no *República* e no jornal desportivo *A Bola*, respectivamente de Augusto Cid e João Martins (1928-1981) -, o mesmo não se pode dizer para os meses e anos subsequentes. O período "revolucionário" de 1974 a 1975 foi mesmo marcado pela explosão do humorismo gráfico e da sátira política, explosão essa alimentada quer pela imprensa humorística existente, quer pelo aparecimento de novos títulos satíricos, quer ainda pela importância que alguns jornais generalistas, políticos ou órgãos oficiais de partidos políticos, deram ao comentário gráfico regular.

No que toca aos primeiros, à imprensa humorística que já se publicava à data da revolução, importa destacar desde logo o histórico bissemanário humorístico *Os Ridículos*, que reiniciou a sua edição ainda antes do 25 de Abril de 1974, em Janeiro deste ano (publicou-se até 31 de Julho de 1975), mantendo o seu registo popular, "bordaliano" (ainda com grande peso na imprensa humorística destes anos) - tinha sido suspenso a 13 de Abril de 1963, depois de uma longa série de ouro iniciada no longínquo dia de 12 de Abril de 1905, com sede no Bairro

Alto, na Rua da Barroca¹; depois, é de referir o seu rival, o *Sempre Fixe*, que também reapareceu com uma segunda série dezanove dias antes da revolução, a 6 de Abril, aguentando-se até 23 de Agosto de 1975, reunindo no total 73 números com colaboração gráfica notável de João Abel Manta² (entre outras, ver a edição de 11 de Maio, com uma primeira página inteiramente ocupada com o cartoon "não deixar murchar a flor", que é, sem surpresa, um enorme cravo vermelho regado pelos principais partidos políticos, ante a ameaça dos "morcegos nazis"), Vasco, SAM, Duarte e de Siné, o "maior caricaturista francês do nosso tempo", na opinião de João Medina³; finalmente, *A Mosca* - suplemento do *Diário de Lisboa*, que liderava nesta altura a irreverência humorística político-social, com colaboração regular do caricaturista Manuel Vieira (1936-1997) - liderança que vinha de trás, dos anos de Marcelo Caetano. *A Mosca* publicou-se até 15 de Março de 1975.

Relativamente aos novos títulos humorísticos, são de registar, em 1974, o *Pé de Cabra*, com um leque de colaboradores muito criativos, de 30 de Agosto a 6 de Dezembro, com 15 números; o *Puflas*, dirigido por Gustavo Fontoura, com colaboração de Duart, Cid e Freitas, de Julho a Dezembro, com sete números; o *Olho Vivo*, revista quinzenal de humor livre, com direcção de João Benamor, de 5 de Agosto a 25 de Janeiro de 1977, com 52 números; a segunda série da publicação humorística mensal *O Cara Alegre*, num total de 60 números que resistiram até Agosto de 1976 - a primeira tinha sido iniciada em Abril de 1967; e, por último, neste ano de 74, a antologia dos melhores ilustradores humorísticos, o *Riso Mundial*, igualmente na sua segunda série até 13 de Agosto.

1975 vê este tipo de imprensa disparar, com a proliferação de novos periódicos humorísticos. É certo que assistimos ao desaparecimento de alguns históricos do humorismo nacional, como *Os Ridículos*, o *Sempre Fixe* e *A Mosca*, mas surgem nesse ano vários títulos, como *A Chucha*, dirigido por Hélder Martins, "o qual pode ser tomado como o sucessor natural do *Pé de Cabra*, e como tal a publicação mais interessante do ano, pela diversidade de colaboradores", segundo Osvaldo Macedo de Sousa⁴. Reúne um conjunto precioso de entrevistas a Manuel Puga, Antero Nunes, Santos Fernandes, Vilhena, Lemos, Martinez, entre outros, que são hoje uma fonte incontornável para o estudo do humorismo da época, do desenho mas também da palavra. Além de *A Chucha*, temos: *O Malho*, efémero, com direcção de Jorge Timot e Carlos Gargaté, publicado de Setembro a Junho de 1976, com seis números que contaram com o lápis de José Nogueira, Calado Trindade, Théo, Mário Gonçalves, Manuela Santos e Rogério Gonçalves; *O Coiso*, semanário de Rui Lemos, igualmente com uma curta existência, de Março a Maio, com onze números; *O Evaristo*, jornal para todos os usos, dirigido por António Pereira, com aparição a 12 de Março;

Figura 1

GAIOLA ABERTA

Quinzenário de Mau Humor

n.º 1
15-5-74

Preço 15\$00

**E AQUELES QUE
POR OBRAS VALEROSAS
SE VÃO DA LEI DA MORTE
LIBERTANDO**



A Rata - antologia de humor internacional erótico, de Roussado Pinto (1926-1985), dando à estampa vinte números, de 21 de Março a 1 de Agosto; e o *Carri*, revista humorística em vinte fascículos, também dirigido por Roussado Pinto, publicado entre 3 de Junho e 13 de Novembro, com os vinte números enunciados no subtítulo cumpridos.

Por último, vejamos como alguns jornais generalistas, políticos ou mesmo órgãos de informação dos partidos políticos, acolheram nas suas páginas colaboração gráfica regular. Em período revolucionário, a imprensa toma consciência da importância de ter caricaturas e desenhos humorísticos, não raras vezes nas primeiras páginas dos jornais. Nalguns casos, como iremos ver, as rubricas humorísticas ajudaram mesmo, pelo seu interesse e qualidade, à captação e fidelização de leitores e, consequentemente, ao êxito dos jornais.

A presença do comentário gráfico nos jornais de referência não constituía uma novidade jornalística do período pós-revolucionário, pois vinha de trás. A título de exemplo, lembremos a "irreverência gráfica" de Júlio Gil no *Diário de Notícias*, "o único humorista pró-regime da época". O mesmo acontecia no *República*, no *Diário Popular*, no *Diário de Lisboa*, no jornal *O Século*, entre outros, embora sem o fulgor doutros tempos, desde logo da I República. A novidade, por comparação com o Estado Novo, estava antes na diversidade editorial e plástica que a Revolução de Abril veio criar. E aqui podemos estabelecer um paralelismo interessante com a Revolução de 5 de Outubro de 1910, também ela impulsionadora de uma maior diversidade ideológica e artística na imprensa humorística, com as publicações pró-realistas, como *O Thalassa* (1913-1915), dinamizado por Jorge Colaço, Alfredo Lamas e Severim de Figueiredo, ou o *Papagaio Real* (1914), dirigido pelo mesmo Lamas, com direcção artística de Almada Negreiros, a coexistirem, nem sempre pacificamente, com os jornais humorísticos antimonárquicos, como o popular *O Zé* (1910-1919), ou *O Moscardo* (1913), criado para combater o já citado bissemanário lisboeta *Os Ridículos*, que nesta altura revela uma "esboçante simpatia monárquica"⁵.

Mas agora, após o 25 de Abril de 1974, a diversidade ideológica era ainda maior, a dialéctica política não se circunscrevia aos republicanos versus monárquicos, o espectro era outro, mais alargado, incluindo a extrema-direita, o CDS, o PPD, o PS, o PCP e a miríade de partidos da extrema-esquerda, e todos tinham os seus órgãos de informação oficiais, e todos, ou quase todos, tinham ou tentavam ter os "seus" caricaturistas ou cartoonistas. Alguns casos paradigmáticos: *A Rua*, jornal da extrema-direita, dirigido por Manuel Múrias, tinha como cartoonista de serviço, um misterioso MCMLXXVI, pseudónimo de Marcello Morais (colaborou também n'*O Diabo*, de Vera Lagoa). Alias, para Múrias o sucesso do seu jornal era indissociável da criatividade de Morais: "Bem nos

podemos vangloriar de ter connosco, n' *A Rua*, um dos maiores caricaturistas portugueses: duas páginas de desenhos todas as semanas, com a regularidade de um pêndulo, mais nenhum jornal português apresenta com a qualidade, com o bom gosto, com a imaginação, com o modernismo do MCMLXXVI. Sem ela - temos de o confessar honestamente - o êxito do jornal teria sido muito menor; sem ele, muitas das acutiladas que temos dado seriam bastante menos eficazes". Daqui extrapolava para a conclusão, que entronca com a ideia que defendemos acima, da explosão da imprensa humorística nestes anos de 74-76: "Se outra virtude não tivesse tido, o 25 de Abril teve esta: - ressuscitar exuberantemente a caricatura política em Portugal."

O *Povo Livre*, órgão oficial do Partido Popular Democrático, fundado a 13 de Agosto de 1974, reconheceu Augusto Cid como "um dos mais constantes e um dos mais apreciados colaboradores" do jornal. Ideia mais tarde corroborada por Marcelo Rebelo de Sousa, quando, num estudo sobre o nascimento do PPD, reconhece que o caricaturista Cid deu "enorme força ao jornal"⁶. O progresso do *Povo Livre* nestes primeiros anos de existência foi também ligado ao talento de Cid, que iniciou o seu comentário gráfico logo no número 2 do jornal, de 20 de Agosto de 1974, com *cartoons* e textos da sua autoria.

Entre os jornais diários, noticiosos mas contaminados pela política, lembramos aqui o *Diário de Lisboa*, que traz para as suas primeiras páginas o traço único e inconfundível de João Abel Manta, como na edição de 3 de Maio, com o *cartoon* "1 de Maio de 1974 - uma coisa nunca vista", alusiva ao primeiro dia do trabalhador em liberdade. Ou o *República*, com colaboração artística de Cid (também caricaturista d'*O Sol* e *O Diabo*) e Carlos Brito, o *Expresso* com a de António e Rui Pimentel, o *Diário Popular*, com a de Lemos, *A Capital*, com a de Fernando Bento (1910-1996), *O Jornal*, o *Jornal Novo* e o *Diário de Notícias*, com a de Manta (esporádica, no primeiro), *O País*, com a de Zé Manel (colaborou na *Época*, jornal salazarista, e foi depois oficioso cartoonista dum banalizado *Diário de Notícias*), o *Jornal de Notícias*, com a de Miranda, o *Página Um*, com a de Vasco, *A Luta*, com a de Pedro, o *Tempo*, com a de Vítor Silva, o *Diário*, com a de Zé Paulo Simões e Baltasar Ortega (veterano da *Vida Mundial*), entre muitos outros exemplos possíveis.

2.

JOSÉ VILHENA E A GAIOLA ABERTA

Mas o escândalo, e de certa forma a novidade, pela combinação da sátira política com a fórmula erótica, e não raras vezes pornográfica, será protagonizada pela *Gaiola Aberta*, de José Vilhena, rapida-

EU CANTO O PETO ILUSTRE LISITANO
A QUEM NEPTUNO E MARTE OBEDECERAM

Figura 2

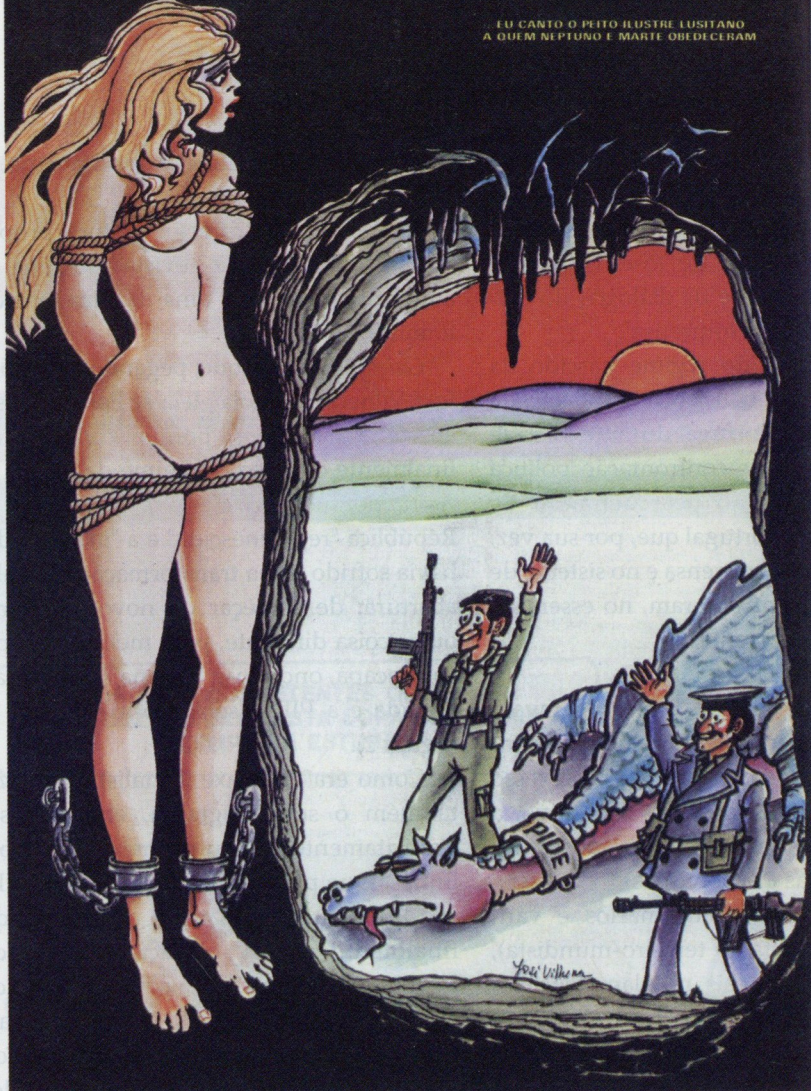


Figura 4

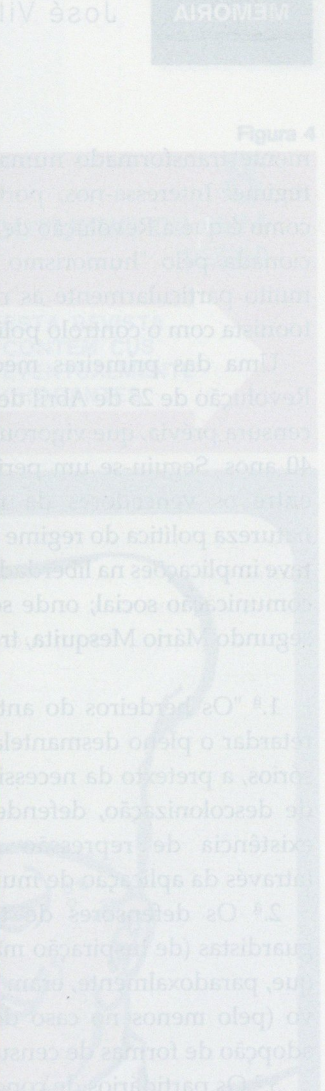
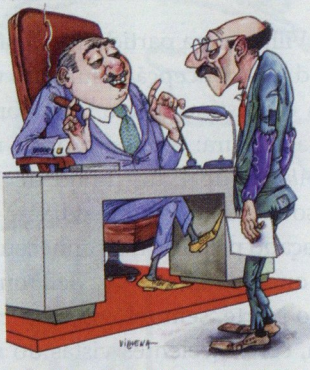


Figura 3

vezes citado pela PIDE e contou as
delícias do Forte de Casais, onde da última
vez ocupou a cela 26 do 2º andar - Reduto
Norte, sem religião, sem cinto e sem abaco-
dos. Embora, com excelentes vistas do
rio e terra, pois o modesto estabelecimen-
to prisional está de facto muito bem si-
tuado.
E pronto, D. Etelevina: se a sua bondade
for tanta que queira dar-nos, e aos leitores,



Veja lá o que escreve, o Faustino. A censura com C grande acabou, mas...

JARDIM ZOOLOGICO DE LISBOA

Com o intuito de estabelecer um jardim zoológico em Lisboa, a Direcção-Geral de Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Especial, tem vindo a trabalhar na aquisição de terrenos e na construção de instalações adequadas para a realização de actividades educativas e recreativas.
Para o efeito, a Direcção-Geral de Educação Especial, através do seu Departamento de Educação Especial, tem vindo a trabalhar na aquisição de terrenos e na construção de instalações adequadas para a realização de actividades educativas e recreativas.
Para o efeito, a Direcção-Geral de Educação Especial, através do seu Departamento de Educação Especial, tem vindo a trabalhar na aquisição de terrenos e na construção de instalações adequadas para a realização de actividades educativas e recreativas.

Na hora das ETELVINAS

Não deixei a Fortuna durar muito este engano tão e chgo de vivermos em censura. Nem sequer um mês.
Circunspecta, bem pensante, aviadada e diferente, não se chega nem domingo na manhã. Por enquanto, de deito apertado no ar, em meio de recomendação e advertência. Amanhã já se sabe como estas coisas acabam... Empunhando as Ilustrações do Ofício e chamando a si a caridoso missão de nos proteger de nos próprios, em nome de princípios e regras que ela mesmo inventa, formaliza e institui depois como Lei.
Não se esperávamos tão cedo, francamente. Possuíamos gozar pelo menos uma Primavera simpática, descontraída e temperada, mas eis que, ao 26º dia da Revolução e juntamente com a cínica que de subido nos caiu em cima, uma vez repensada se destaca, dentro os câmbios de iliberdade e doravante sem mais agüelas:

NÃO LEIAM A «GAIOLA ABERTA»

Estremunhados, serguremo-nos na cama... serguremo-nos com espanto... Mas porquê?
Porque não devem ler, porque não têm gosto do que lá vem, porque contém matéria desleal, deseducativa e impropria para a formação de mentalidades prósperas e úteis à Pátria.
Não necessariamente por estas palavras mas com a firme e deliberada intenção de guiar o vosso espírito imprudido, de vos ensinar a distinguir entre o bem e o mal, de vos preservar contra os falsos profetas.
E é assim, amigos: mesmo que a gente queira convencê-lo do contrário, e nesta terra a que agora chamam moradia, continua a haver Etelevinas desconhecidas à nossa espera. Nesta capa, concreto, à nossa espera.

G.AIOLA ABERTA



JÁ TEMOS CENSURA !!

D. Etelevina Lopes de Almeida, entrevistada no Programa Telenovela e que dos microfones da Rádio Liberdade (não haverá engano, não?) fulminou as abjectas cavalidades desde vosso criado com o porrete de sua alta sabedoria e ilustração.
E embora (com toda a tranquilidade) não tenhamos pensado em Etelevina quando resolvemos abrir a nossa GAIOLA, ficamos bastante surpreendidos (e humildes) com o estranho facto. E não só surpreendidos, como pensados por termos recomendado, sem querer, tão exelente personalidade, e inconfundível, pois também nos sentíamos conscientes de que o uso das liberdades não é o de fazer, embora à nossa maneira.
Quem somos nós porém para contrariar assim, frontalmente um dos mais altos expoentes das letras portuguesas? Que razões as suas razões não terá gravar ainda mais a nossa falta não será ainda repetir o delírio do sapateiro que se atreveu a olhar para além da chancela?

De qualquer modo, para nosso e vosso esclarecimento - embora reverentemente, como comento à nossa modesta condição - ouamos dirigimo-nos à Ilustre senhora, ao mesmo tempo que folheamos a revista, e perguntar-lhe o que terá terido a sua fina sensibilidade e desportado à animosidade contra este pacto e nobre cidadão que outra coisa não pretende, no fundo, sendo manter a GAIOLA ABERTA enquanto isso for possível. E não só a sua, entenda-se.

Pois, começando pela capa da revista, vemos o General Spínola na companhia do Epico, ambos sentados à grava como convidados, dadas as circunstâncias. Será que na opinião do D. Etelevina algum deles desandou ou outro? Nesse caso, muito gratos ficáramos se nos desasse qual, pois sempre um espírito aberto e não nos negamos a um honesto trabalho de reflexão.
Nas páginas 2 e 3 publicamos alguns pequenos anúncios, propondo negócios de ocasião, declarações ou notícias de interesse particular e sempre da responsabilidade do respectivo anunciante. Enfim,

Vem depois o Folhetim-PIDE e aí é que julgamos não - deve estar o bustido por volta contra as intencões e a esparafogada do nosso folhetim, pois o arrip e as fotos já estavam feitas muito antes do 25 de Abril, portanto realmente a coisa bastantes desproporcionada, ali porque os meios em que factos, mas enfim, são coisas que só acontecem a quem não anda metido nestas gaitas e quando dentro pela gaita lá se arrasta e a edição estava à venda.
Finalmente a contracapa, onde se apresentam a Pátria libertada e a PIDE, sob a forma de um dragão abafado.

A imagem é um pouco desagradável, concordeamos, subtrido pelo ar miserável e mal engrorido do bicharruco. E compreendemos que com um coração generoso e impulso de caridade terido não acerte que se abate assim a nossa ilustradora uma instituição que, a despeito de alguns pequenos abusos, foi a trava-moeda desde meo século do paz social e de evolução na condição.
O pior, D. Etelevina, é que no fundo somos fíacos e nem sempre conseguimos controlar as nossas emoções, é que, enquanto a senhora andava por fora a espreitar a linguagem de papel e a dar ao rabo, saltelada de vista e sem que ninguém o chavesse, este pacto cidadão por nós

Nas duas páginas seguintes, dedicadas à actualidade internacional, é evidente a incoutada das notícias, obtidas após das mesmas fontes que abastecem os órgãos de informação em geral.
A seguir e no meio da revista, oferecimo-nos ao leitor uma imagem (recolhada via satélite) do que se passa no inferno com três conhecidos ditadores já chamados a prestar contas ao Altíssimo. A este respeito, duas perguntas nos ocorrem: Terá a D. Etelevina dúvidas de que eles lá estejam - porque no fundo, colhidos, até não eram más pessoas? Ou, pelo contrário, pensa, que estamos a ser desmentido benevolente, mostrando-os santados, na conversa, em vez de derrotados na trigreira do Mafarrico?

Outra boa, D. Etelevina, nem é nem só. O interno, neste tempo escumocástico, já não é nada do que era antes e assemelha-se bastante a um estabelecimento de recuperação e reabilitação social. Logo, não vamos ser mais julgado que o País, pois não, D. Etelevina.
No ponto 10 também não encontramos nada de especial não ser que a senhora ainda está a dar que dividem de que a polícia tenha realmente aderido à grande festa do Povo. Mas por amor de Deus, D. Etelevina, a hora é de boas e confiança; não vamos comar já a pó-nos na retanca

mente transformado numa voz incómoda para o novo regime. Interessa-nos, portanto, perceber neste estudo como é que a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi recepcionada pelo "humorismo maldito" de José Vilhena, e muito particularmente as relações e os diálogos do cartoonista com o controlo político da imprensa⁷.

Uma das primeiras medidas do regime nascido da Revolução de 25 de Abril de 1974 consistiu na abolição da censura prévia, que vigorou em Portugal durante mais de 40 anos. Seguiu-se um período de confrontação política entre os vencedores da revolução pela definição da natureza política do regime em Portugal que, por sua vez, teve implicações na liberdade de imprensa e no sistema de comunicação social; onde se confrontaram, no essencial, segundo Mário Mesquita, três correntes:

1.^a "Os herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios, a pretexto da necessidade de controlar o processo de descolonização, defendendo, no plano legislativo, a existência de repressão administrativa a posteriori (através da aplicação de multas e suspensões).

2.^a Os defensores de teses revolucionárias e vanguardistas (de inspiração marxista ou terceiro-mundista), que, paradoxalmente, eram favoráveis, no plano legislativo (pelo menos no caso do PCP e dos seus aliados) à adopção de formas de censura a posteriori.

3.^a Os partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social, baseadas no modelo de democracia política, que, no domínio jurídico, preconizavam a ausência de formas de repressão administrativa, ficando os órgãos de comunicação social sujeitos apenas à apreciação jurisdicional"⁸.

José Vilhena era partidário desta terceira corrente; perfilhava duma concepção pluralista dos media e da criação literária e artística, desde logo porque sofrera na pele a acção da censura: como o próprio refere logo no n.º 2 da *Gaiola Aberta*, de 1 de Junho de 1974, numa crítica ao "regresso da censura", que adiante explicaremos, "foi três vezes caçado pela PIDE e conheceu as delícias do Forte de Caxias, onde da última vez ocupou a cela 26 do 2.º andar - Reduto Norte, sem relógio, sem cinto e sem atacadores. Embora, com excelentes vistas do rio e serra, pois o modelar estabelecimento prisional está de facto muito bem instalado"⁹.

2.1. A GAIOLA ABERTA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Tratemos agora da nossa *Gaiola Aberta*, com uma breve caracterização desta publicação humorística. Surgiu a 15 de Maio de 1974 (figura 1), poucos dias depois da revolução, na cidade de Lisboa, com distribuição assegurada para Coimbra, Porto, Luanda e Lourenço Marques (hoje, Maputo) pela Agência Portuguesa de Revistas. Resistiu até 8 de Agosto de 1983, publicando no total 121 números,

impressos na Lisgráfica, e vendidos na época por 15\$00 cada.

José Vilhena foi director, editor e proprietário da *Gaiola Aberta*, subtitulada de "revista quinzenal de mau humor", auto-ironia que seria uma das imagens de marca do cartoonista.

Gaiola Aberta porque, pegando nas próprias palavras de José Vilhena "a gaiola", leia-se Portugal, estava "finalmente aberta"; *Gaiola Aberta* porque, com o 25 de Abril tinha-se finalmente deposto o "regime da Gaiola Fechada"; *Gaiola Aberta* porque o povo estava em "grande e florida festa", a República "rejuvenescida" e a "maneira de ser português" havia sofrido "uma transformação radical"¹⁰. Esta ideia de abertura, de começar de novo, de dar passagem para outra coisa diferente, para melhor, é depois reforçada na contracapa, onde José Vilhena representa a Pátria a ser libertada e a PIDE, sob a forma de um dragão abatido¹¹ (figura 2).

Como era da praxe jornalística, a *Gaiola Aberta* tinha também o seu programa, embora este não apareça explicitamente no seu primeiro número, mas nas entrelinhas. Que programa era esse? José Vilhena junta a sua voz "a quantos proclamam com júbilo que a gaiola está finalmente aberta", abraça a liberdade trazida pela Revolução de Abril, goza com a credibilidade da comunicação social do Estado Novo, com as "gaitadas" da Emissora Nacional, com o paternalismo da RTP, com a "chachada" da imprensa, partilha da "alegria e entusiasmo generalizados" mas, acrescenta, "para maior segurança da Grei, que o melhor é tirar-lhe o fecho, ou mesmo a porta, não vá haver outro azar". Por outras palavras, alcançada a liberdade, importava defendê-la de todas as tentativas não democráticas. O que José Vilhena vai fazer com a sua *Gaiola Aberta*, combinando, como já se disse, a sátira política com a fórmula erótica, na antítese, portanto, do puritanismo do regime deposto ou da sua vulgata moralista.

2.2. A GAIOLA ABERTA E A CENSURA REVOLUCIONÁRIA

Analisemos agora a forma como a acção revolucionária do 25 de Abril foi recepcionada na *Gaiola Aberta*, focando a nossa atenção nos receios que se seguiram quanto a uma eventual perda do controlo sobre a comunicação social no período de transição pré-constituente; receios que levaram o novo poder político:

I. A criar, logo em Junho de 1974, uma comissão *ad-hoc* para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional (JSN) - a justificação para a existência da comissão *ad-hoc* residia, segundo o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), na "necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios reaccionários"¹²;

Figura 4

GAIOLA ABERTA

8
1 DE OUTUBRO DE 1974
15\$00

ESTA REVISTA
CONTEM CUS
EVENTUALMENTE
CHOCANTES

REVISTA QUINZENAL DE MAU HUMOR E MAL-DIZER



COZINHA-SE A NOVA LEI DE IMPRENSA

→ sugP

II. A instaurar, em Agosto de 1975, um regime de sanções administrativas à imprensa, prolongando, desse modo, a experiência da comissão *ad-hoc*, já em plena vigência da Lei de Imprensa, o que foi tentado pelo chamado "projecto Jesuíno", mas que devido à onda de protestos desencadeada nem chegou a ser discutida em Conselho de Ministro - foi uma espécie de nado-morto;

III. E a publicar, no início de Setembro de 1975, a Lei 5/75, que ficou conhecida por "Lei da Censura Militar", que concedia ao Conselho da Revolução a possibilidade de aplicar sanções por via administrativa aos órgãos de comunicação social que cometessem actos ou tivessem comportamentos susceptíveis de pôr em risco a disciplina e a coesão das Forças Armadas e o cumprimento dos deveres militares, limitando, também, o acesso às fontes de informação.

Como é que José Vilhena reagiu a estas tentativas de controlo da comunicação social, nomeadamente da imprensa periódica e do discurso jornalístico humorista? Logo no n.º 2 da *Gaiola Aberta*, de 1 de Junho de 1974, num texto intitulado "Já temos censura!", o cartoonista reage com muita ironia a uma espécie de censura informal, neste caso protagonizada por Etelvina Lopes de Almeida que, no Programa Talismã, da Rádio Liberdade, "fulminou as abjectas cavalidades deste vosso criado com o porrete da sua alta sabedoria e ilustração". José Vilhena, com muito sarcasmo, vai depois justificar página a página as opções editoriais do número visado, o primeiro, desmontando com grande humor satírico as acusações de que fora alvo a *Gaiola Aberta*, que segundo Etelvina Lopes de Almeida incluiria "matéria deletéria, deseducativa e imprópria para a formação de mentalidades progressivas e úteis à Pátria"¹³. O texto é ainda acompanhado de três desenhos alusivos à censura: um que completa o título acima referido, com uma D. Etelvina Lopes de Almeida nua, armada da tesoura da censura; uma miniatura da capa do número 1 da *Gaiola Aberta*, integralmente censurada, com a reprodução dos carimbos salazaristas "Comissão de Censura - Visado" e "Cortado", a fazer lembrar velhos tempos, numa provocatória associação da censura informal à censura praticada pelo Estado Novo; por último, um diálogo entre um director de um jornal e um jornalista, num registo mordaz: "Veja lá o que escreve, ó Faustino. A censura com C grande acabou, mas..." (Figura 3).

Na capa do n.º 8, de 1 de Outubro de 1974, José Vilhena atira-se com desconfiança à Lei de Imprensa que estava a ser preparada por uma comissão nomeada pelo II Governo Provisório logo em Agosto - Setembro de 1974: a nova Lei de Imprensa estaria a ser cozinhada pelos políticos, pelo que, "por mais competentes que sejam os cozinheiros, esta sopa cheira-me sempre a esturro" (Figura 4). - Entraria em vigor a 26 de Fevereiro de 1975, consagrando "a liberdade de expressão do pensamento pela

Imprensa", bem como o "direito a informar e a ser informado"¹⁴.

Sem surpresa, responde com fina ironia à censura formal (comissão *ad-hoc*), que lhe suspendeu a publicação da *Gaiola Aberta* por 30 dias, daí este número, o 13, ter sido dado à estampa apenas a 1 de Fevereiro de 1975. Motivo da suspensão? A *Gaiola Aberta* teria tratado "com menos respeito do que o devido (segundo a interpretação oficial) um chefe de Estado estrangeiro", neste caso a rainha Isabel II, de Inglaterra, cuja imagem José Vilhena reproduzira no número 11, de 1 de Dezembro de 1974 (Figura 5). Vale a pena ler a justificação de José Vilhena: "Claro que não o fizemos intencionalmente, pois os chefes de Estado - sejam eles a Isabelita Peron ou o garboso general Pinochet - merecem-nos todos, sem qualquer excepção, uma indefectível e respeitosa veneração... Mas ordens são ordens e com a Comissão Ad-Hoc não se brinca, pelo que o remédio foi mostrar boa cara, encolher o pincel, tomar as feriazinhas forçadas como um presente do Pai Natal e cancelar a marcação da mesa para o sofisticado *reveillon* Miraflores, pois o bago, já se sabe, não é elástico..."¹⁵.

Teme pelo destino de Portugal, nas mãos dos "cozinheiros" Cunhal e Soares (Figura 6), em acesa luta pelo controlo do poder, das autarquias locais e da informação - o acto de cozinhar, ainda que no sentido de manipular, tramar, urdir, é novamente figurado por José Vilhena, num registo popular, de grande eficácia visual e comunicacional, isto é, fazendo uso de um "humor de algibeira", da sátira com sabor político, num território fundamental para o sucesso da *Gaiola Aberta* junto dos seus leitores.

Finalmente, José Vilhena reage com grande estrondo ao projecto de decreto-lei preparado pelo ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno, que previa a criação de uma comissão de análise dos meios de comunicação social, constituída por militares nomeados pelo Conselho da Revolução tendo "por fim ajuizar da existência de práticas condenáveis e aplicar penas de multa e suspensão aos responsáveis pelas mesmas"¹⁶. Regressava-se, portanto, ao modelo da comissão *ad-hoc*, recorrendo a medidas de repressão administrativa sobre a Comunicação Social.

Dissemos que José Vilhena reagiu com estrondo ao "projecto Jesuíno", gozando até ao tutano com o seu autor, mas com muita ironia, a imagem de marca do seu humor; e vai fazê-lo da seguinte forma (tudo no número 21, de 15 de Setembro de 1975):

I. Publicando uma "Carta Aberta e de Apoio ao Autor do Projecto da Lei de Imprensa", com o próprio Correia Jesuíno caricaturado de tesoura da censura nas mãos (figura 7); carta esta intitulada de "Força, Força, Companheiro Jesuíno", inspirada na máxima revolucionária "Força, Força, Camarada Vasco", e onde o sarcasmo de José Vilhena atinge os píncaros, escrevendo o con-

NÃO SE FAZ!

Numa altura em que, corajosamente se procura travar o passo à pornografia e impedir que o país resvale pelo plano inclinado da falta de pudor, eis que surgem os sabotadores estrangeiros (a soldo do capitalismo internacional) e atiram à cara da nossa boa gente imagens lúbricas e libertinas.

Como é o caso duma bem conhecida revista francesa (descaramente à venda aí pelas tabacarias...), que publica a foto da rainha Isabel - reproduzida à direita - no preparo em que a vêem e, ainda por cima, acompanhada dum comentário ordinário que se farta...

Todos nós sabemos que às vezes o calor aperta e como há pessoas encloradas... mas é perfeitamente indecente aproveitarem-se dum momento de relax e descontração duma honesta soberana para fins torpes e indecorosos... Se o príncipe Filipe não estivesse tão parecido, francamente, até duvidaríamos que fosse de facto ela...



11

MEMÓRIA

Figura 7

Figura 5

GAIOLA ABERTA

REVISTA QUINZENAL DE MAU HUMOR E MAL-DIZER

20
15 DE AGOSTO DE 1975
15\$00



BARRICADA NA COZINHA

Figura 6

trário do que pensa para delícia dos leitores da *Gaiola Aberta*. Alguns excertos desta "Carta Aberta": "(...) Sei perfeitamente o pouco valor da minha opinião, pois não passo de um homem de letras gordas, como constantemente me andam a lembrar. Mas também sei que é nestas horas difíceis que se conhecem as pessoas de carácter e de mal ficaria com a consciência se não acorresse a dar-lhe o meu apoio incondicional, gritando com entusiasmo e vibração: Força, força, camarada Jesuíno! Atire-lhes a matar... Desde a primeira hora que o seu projecto de Lei mereceu a minha inteira aprovação, sr. Comandante, pois as actuais liberdades conferidas aos órgãos de informação revelam-se exageradas e a prova é que estão a provocar uma enorme bagunça, com cada um a dizer o que lhe vem à cabeça... quando os camaradas tipógrafos não se opõem. Ora estes, ocupados como andam a tipografar, não podem, logicamente, assegurar a adequada vigilância. Distraem-se com frequência e deixam escapar muita aleivosia contrária ao projecto colectivo nacional, permitindo que parte da informação se situe no tal enquadramento político-ideológico de democracia liberal - logo contra-revolucionário, a que o senhor se refere no preâmbulo do decreto..."; quanto às implicações práticas da aplicação do projecto de lei de imprensa, José Vilhena ironiza: "É assim mesmo, camarada Jesuíno. Força! Força!... Toca a aplicar as tais multazinhas de quinhentos contos e os 180 dias de suspensão punitiva, que eu cá por mim acho bem. (...) Nunca as mãos lhe doam nessa santa cruzada de reprimir o erro e extirpá-lo das massas ignorantes e despolitizadas. Pela via administrativa, enquanto for possível, é claro, e por outras vias, menos administrativas, quando se verificar que aquela já não chega... Temos de ser práticos; não podemos ficar a meio do projecto. Uma coisa é certa, sr. comandante: a chachada pluralista em que se transformou a nossa informação não interessa à revolução, só nos envergonha aos olhos do mundo socialista e representa uma ingratidão indecente para os que, de alma e coração, se empenharam em acelerar o processo revolucionário e nele investiram os seus cabedais. Cabedais de dedicação, de inteligência e de inspiração criadora; evidentemente, nada de confusões. Tenham lá paciência, senhores jornalistas, mas isso já não é liberdade, é reacção; e contra uma imprensa reaccionária só mesmo uma rolha, aplicada a tempo. E uma rolha das grandes."; o regresso em força da censura seria, para José Vilhena, o corolário lógico da aplicação do projecto Jesuíno, que teria como principal alvo os jornais que não alinhassem com a ortodoxia política dominante, eliminando assim o pluralismo ainda existente na imprensa escrita, manipulando a informação e a opinião pública, enfim, regressando, com outra roupagem política, à velha censura do Estado Novo: "Ora este projecto de Lei de Imprensa parece um bom começo para acabar com a bagunça e um instrumento seguro para levar o rebanho ao redil, com todos

os nossos cordeirinhos a dizer mé e só mé. Parece-me mesmo muito afinado para guarnecer a rectaguarda."; e acrescentava: "devemos é tirar proveito da experiência alheia e ir montando as medidas repressivas de acordo com as necessidades da repressão que vão surgindo. Se possível, com um pedacinho de antecipação, para que o poder central não seja ultrapassado pelos acontecimentos, como agora foi... De qualquer forma, esta Lei parece-me muito útil e oportuna, só pecando talvez por vir um bocado tarde. Posta em vigor uns mesitos atrás, ter-se-ia evitado toda esta cégada provocada por certos jornais novos, que andam por aí a turvar as águas em vez de informar com objectividade revolucionária, a caluniar pessoas respeitáveis e partidos indefectivelmente democráticos e a insinuar cavilosas intrigas sobre a vida sentimental e as honestas negociatas de alguns homens públicos... tal qual como antes do 25 de Abril. Aliás, os jornais antigos chegavam e sobravam para informar o actual momento político, apesar de falidos, e além disso poupava-se muito papel e tinta que podiam ser aproveitados para cartazes e comunicados. Isto é o meu modesto entender..."; o humor era corrosivo e fazia moça, para concluir: "Que agora nos fiquemos pela repressão administrativa (sem ser necessário molhar a sopa) é o que sinceramente deseja, com admiração e votos de boa saúde, o José Vilhena"¹⁷.

II. Introduzindo o assunto nos "Diálogos Presidencialistas" de Américo Tomás com Marcelo Caetano (figura 8), com grande oportunidade, num registo mordaz, nas fronteiras de um humor truculento, cruel mesmo: pergunta o primeiro: "Já topaste a manobra do compadre Jesuíno? Aquele truque faz lembrar os nossos bons velhos tempos, não faz?"; responde o ex-presidente do conselho, Caetano: "Tens razão, pá! Realmente não és tão parvo como pareces. Com uma golpada dessas, acho que temos homem."¹⁸;

III. Desenhando na contracapa deste número, o 21, de 15 de Setembro de 1975, o desenterro da "tenebrosa Censura" pelo "Comandante Jesuíno" (figura 9), com a devida legenda humorística: "Na sua passagem pelo Ministério da Comunicação Social, o Comandante Jesuíno ficou tristemente célebre por tentar desenterrar a tenebrosa Censura. Das nódoas que semelhantes trabalhos deixam, no corpo e na alma, não vai ser fácil limpar-se. Esperemos que o seu sucessor mande tapar a cova meio aberta e lhe ponha em cima uma pedra bem pesada para que o cadáver da velha megera não mais possa ver a luz do dia."

José Vilhena tem um alvo preciso, Correia Jesuíno, e usa de um humor satírico, um humor que corrói, pungente, picante, para lograr eficácia ("poesia feita com a mão esquerda"). Conseguindo-o: muitas destas *Gaiolas Abertas* tiveram tiragens enormes, na ordem dos 150 mil exemplares, principalmente durante o PREC, o que atesta o seu enorme sucesso de vendas e impacto social.

3.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Desde logo, temos na *Gaiola Aberta* "uma leitura privilegiada dos chamados "anos da revolução"", uma espécie de História de Portugal depois de 1974 através do humor satírico de José Vilhena: por lá passaram os principais acontecimentos, os seus protagonistas políticos e militares, as diferentes facetas do processo pós-revolucionário, ainda que ridicularizadas. É, sem dúvida, uma fonte relevante, que não pode ser ignorada, remetida para uma não-existência, até porque foi a "única revista regular de sátira política, particularmente directa, violenta mesmo" ¹⁹.

No que toca à censura formal, e sobretudo às tentativas que foram ensaiadas no Verão Quente de 1975 para introduzir formas de repressão administrativa sobre a imprensa, José Vilhena respondeu com um humor agressivo, recusando, tal como fizera antes do 25 de Abril, sentar-se no cadeirão da mundanidade acrílica e bem comportada. Zurzindo à esquerda e à direita, disparando em todas as direcções as suas flechas de sarcasmo quando sentia a liberdade de imprensa ameaçada ou amordaçada, sem contemplanções por capelinhas ou vozeirões ameaçadores - o que lhe valeu muitos inimigos e incompreensões.

Com um traço inimitável, novas tonalidades, um sentimento de humor notável, pleno de oportunidade, com uma capacidade de risco admirável, jogando com os segundos sentidos, mais do que com os primeiros - a ironia, sua figura de estimação, consiste precisamente em dizer o contrário do que se pensa e o prazer do leitor depende em grande parte da partilha desse subentendido.

Finalmente, recorrendo quer à caricatura ou ao *cartoon*, quer à prosa humorística, mas com intencionalidade crítica, demolidora, satírica (José Vilhena pratica um humor de carácter satírico), quer ainda a outros expedientes gráficos, como a banda desenhada (quase sempre curta, de natureza humorística, brejeira por vezes), a ilustração, ou mesmo a fotomontagem, apropriando-se de imagens, manipulando-as com intenção maliciosa, embora sem uma corrupção integral dessas imagens por apenas um jogo de recontextualização das mesmas. O que temos é uma apropriação *kitsch*, mas reduzida pela auto-ironia, pela auto-distância sempre presente nos textos e imagens.

Tal como no Estado Novo - importa não esquecer que José Vilhena foi um dos autores que mais dialogou com a censura; é possível mesmo que tenha sido o autor com mais livros apreendidos pela PIDE -, tal como no Estado Novo, dizíamos, a censura, ou melhor, a repressão administrativa sobre a imprensa, torna-se novamente para José Vilhena um estímulo, um constrangimento excitante à prática da escrita e do desenho humorístico, reeditando nos anos revolucionários de 1974-1975 a sua outra

imagem de marca: o contínuo "pisar o risco". Contra as tentativas oficiais do desenterro da "tenebrosa censura" o riso volta a ser a única arma possível, "uma arma simbólica, claro, dotada apenas de balas simbólicas; mas uma arma catártica" ²⁰.

De instrumento de repressão, ao inseri-la nos seus textos, na sua prosa humorística, ao caricaturá-la nos seus desenhos, José Vilhena torna a censura pretexto de humor, neste caso satírico; resultado: em vez de sofrer com ela, goza com ela.

A suspensão da *Gaiola Aberta* produziu, em nosso entender, um efeito contrário ao desejado pela comissão *ad-hoc*: em vez de silenciar, estava a dar-lhe mais voz, mais impacto do que a *Gaiola Aberta*, só por si, talvez tivesse. Estava a acrescentar-lhe sentido, em vez de lhe retirar sentido (utopia censória). Estava, nomeadamente, a politizar a imagem censurada, de uma forma que não existia à partida - neste caso, com esta suspensão, a comissão *ad-hoc* estava a cair no mesmo erro que caíra a censura oficial do regime deposto pela revolução do 25 de Abril de 1974.

Lisboa, 3 de Setembro de 2014. ■

* *Texto da comunicação apresentada no congresso A Revolução de Abril, organizado pelo IHC da FCSH - UNL, no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa (21 a 24 de Abril). A comunicação foi apresentada a 22 de Abril, no painel 5 - A Revolução e a Comunicação Social.*

** *Coordenador da Hemeroteca Municipal de Lisboa. Historiador do Centro de Investigação Media e Jornalismo e investigador colaborador do Instituto de História Contemporânea da FCSH - UNL.*

Fontes e Referências Bibliográficas

- MATOS, Álvaro Costa de - "Da Imprensa Humorística na I República...", in *Jornalismo & Jornalistas*, N.º 44 (2010), pp. 50-64.
- MATOS, Álvaro Costa de, e BRAGA, Pedro e ALMEIDA, Mariana Caldas de, "Silva Monteiro: repórter gráfico da I República", in *Silva Monteiro. Desenho Humorístico n'Os Ridículos* (1908-1926). Lisboa: CML/GTCMCR, 2010.
- MEDINA, João - "João Abel Manta, o cartoonista de Abril", in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, pp. 120-127.
- MESQUITA, Mário - "Os meios de comunicação social", in *Portugal. 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 360-361.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de - *A Revolução e o Nascimento do PPD*. Volume 1. Lisboa: Bertrand, 2000.
- SOUSA, Osvaldo Macedo de - *História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal*. Vol. IV - Na Democracia (1974-2002). Lisboa: Humorgrafe/SECS, 2002.
- VILHENA, José - "Meus Senhores: A Gaiola está aberta!", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 1 (15 de Maio de 1974), pp. 4-5.
- IDEM, "Já temos censura!!", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 2 (1 de Julho

Figura 9



Na sua passagem pelo Ministério da Comunicação Social, o Comandante Jesuíno ficou tristemente célebre por tentar desenterrar a tenebrosa Censura. Das nódoas que semelhantes trabalhos deixam, no corpo e na alma, não vai ser fácil limpar-se.

Esperamos que o seu sucessor mande tapar a cova meio aberta e lhe ponha em cima uma pedra bem pesada para que o cadáver da velha megera não mais possa ver a luz do dia.

de 1974), p. 4.

- IDEM, "Saudação e Juízo do Ano", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 13 (1 de Fevereiro de 1975), p. 2.
- IDEM, "Força, força, companheiro Jesuíno. Carta aberta e de apoio ao autor do Projecto da Lei de Imprensa", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 21 (15 de Setembro de 1975), pp. 2-3.
- ZINK, Rui - *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

NOTAS

- 1) V. MATOS, Álvaro Costa de, BRAGA, Pedro e ALMEIDA, Mariana Caldas de, "Silva Monteiro: repórter gráfico da I República", in *Silva Monteiro. Desenho Humorístico n'Os Ridículos (1908-1926)*. Lisboa: CML/GTCMCR, 2010, p. 15.
- 2) Sobre a importância da obra gráfica de Manta na Revolução de 1974 ver o estudo, incontornável, de MEDINA, João - "João Abel Manta, o cartoonista de Abril", in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, pp. 120-127. Segundo Medina, Manta é o grande "cartoonista de Abril", em cujo génio "reside o caso mais extraordinário de cartoonismo luso do nosso século, só equiparável aos do próprio Bordalo Pinheiro e de Stuart Carvalhais ou Leal da Câmara [...]. A inteligência crítica e a superior qualidade do desenho de Manta colocam-nos destarte nos cumes do grafismo satírico nacional, fazendo-o pairar infinitamente mais alto que honestos, esforçados e até talentosos cartoonistas coevos, sobretudo do período pletórico pós-25 de Abril, homens como António [...], ou Cid [...] ou Vasco [...]", e uma plêiade de novos e "velhos" ilustradores que "reberçaram pelas colunas das gazetas, depois do 25 de Abril, como cogumelos após uma chuvada".
- 3) "João Abel Manta, o cartoonista de Abril", in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, p. 125.
- 4) *História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal*. Vol. IV - *Na Democracia (1974-2002)*. Lisboa: Humorgrafe/SECS, 2002, p. 23.
- 5) Identificámos esta maior diversidade ideológica e artística da imprensa humorística na comparação que lhe fizemos com o mesmo tipo de imprensa publicada durante a Monarquia Constitucional. V. MATOS, Álvaro Costa de - "Da Imprensa Humorística na I República...", in *Jornalismo & Jornalistas*, N.º 44 (2010), pp. 50-64.
- 6) *A Revolução e o Nascimento do PPD*. Volume 1. Lisboa: Bertrand, 2000, p. 123.
- 7) Naturalmente, muitos outros aspectos ficaram por tratar, mas para não nos dispersarmos na comunicação que apresentámos, e que aqui reproduzimos, optámos por focalizar o nosso objecto de estudo apenas neste ponto, o do controlo político sobre a imprensa, concretamente sobre a imprensa humorística.
- 8) "Os meios de comunicação social", in *Portugal. 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 360-361.
- 9) Não cabe aqui aprofundar o porquê destas prisões, mas importa lembrar que José Vilhena, com as dezenas de livros de humor que publicou (mais de 70, alguns com tiragens extraordinárias, de 60 mil exemplares), participou activamente "na resistência ao monolitismo ideológico promovido pelo regime do Estado Novo" - resistência que lhe valeu três passagens pelos curros da polícia política do regime. Para mergulhar neste assunto, ver ZINK, Rui - *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001, sobretudo o capítulo "Diálogo com a Censura", pp. 91-104.
- 10) "Meus Senhores: A Gaiola está aberta!", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 1 (15 de Maio de 1974), pp. 4-5.
- 11) V. *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 1 (15 de Maio de 1974), p. 16.
- 12) MESQUITA, Mário - *Op. Cit.*, p. 366.
- 13) "Já temos censura!!", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 2 (1 de Julho de 1974), p. 4.
- 14) Com a Lei de Imprensa, a repressão dos crimes de abuso de liberdade de imprensa passou para a alçada dos tribunais. Teoricamente, não poderia haver lugar a formas de repressão administrativa, do tipo da comissão ad-hoc. Com a entrada em vigor da Lei de Imprensa, esta comissão deixa de exercer as suas funções, embora a sua extinção só se verifique a 29 de Novembro de 1975.
- 15) "Saudação e Juízo do Ano", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 13 (1 de Fevereiro de 1975), p. 2.
- 16) Mesquita, Mário - *Op. Cit.*, p. 380.
- 17) "Força, força, companheiro Jesuíno. Carta aberta e de apoio ao autor do Projecto da Lei de Imprensa", in *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 21 (15 de Setembro de 1975), pp. 2-3.
- 18) V. *Gaiola Aberta*. Lisboa, n.º 21 (15 de Setembro de 1975), p. 6.
- 19) ZINK, Rui - *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 107.
- 20) ZINK, Rui - *Op. Cit.*, p. 97.